

PISCICULTURA AMAZÔNICA, BIOECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Andrea Elena Pizarro Munoz (Unicamp/Embrapa)

Marcela Mataveli (Embrapa)

Adriano Prysthon da Silva (Embrapa)

Lyvia Maria Almeida Nunes (IFTO)

Introdução: A piscicultura na Amazônia representa um vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável regional, dada a vasta disponibilidade de recursos hídricos, o protagonismo de espécies nativas como o tambaqui e a crescente demanda global por proteínas de baixo impacto ambiental. No contexto da bioeconomia e diante dos desafios de superação do modelo extrativista e da busca de sustentabilidade dos sistemas alimentares convencionais, o setor promove seu potencial para integrar objetivos produtivos e ambientais, impulsionando redes de valor conectadas à sociobiodiversidade local. **Objetivo:** Este artigo busca analisar as perspectivas de crescimento da piscicultura amazônica, examinando como políticas públicas e avanços em bioeconomia podem proporcionar inclusão produtiva, sustentabilidade e geração de renda, especialmente para comunidades tradicionais e pequenos produtores. **Metodologia:** A abordagem utilizada inclui revisão de dados estatísticos regionais, mapeamento da cadeia produtiva nos estados da Amazônia Legal e análise das políticas públicas vigentes, integrando projeções de produção, estudos de competitividade, iniciativas de assistência técnica e avaliação dos fatores limitantes ao desenvolvimento local. Foram considerados também dados sobre inovação tecnológica e modelos de governança territorial voltados à bioeconomia. **Resultados principais:** Entre 2015 e 2024, a piscicultura amazônica cresceu de forma moderada, atingindo cerca de 175 mil toneladas anuais, com previsão de atingir 183 mil toneladas até 2034. Apesar do vasto potencial produtivo, o ritmo de expansão é limitado por gargalos como acesso restrito ao crédito, baixa produtividade média (2,5 a 4,9 t/ha/ano), e subutilização das áreas aptas. Pequenos produtores representam 95,8% das propriedades, apontando desafios e oportunidades para inclusão produtiva e valorização sociocultural. Políticas públicas voltadas para regularização ambiental, assistência técnica e investimentos ainda não atingem toda a cadeia, dificultando o pleno aproveitamento do potencial bioeconômico da piscicultura, que pode ser uma alternativa sustentável à pecuária extensiva e à degradação ambiental. Em territórios com maior protagonismo das comunidades tradicionais e políticas de governança fortalecidas, observam-se avanços na integração da produção à bioeconomia e à justiça social. **Conclusão:** A piscicultura nativa apresenta elevado potencial para impulsionar a bioeconomia na Amazônia, agregando valor à produção local, promovendo inclusão social e contribuindo para conservação ambiental. Seu sucesso depende de investimentos em pesquisa, fortalecimento do protagonismo das comunidades e políticas públicas efetivas que promovam integração produtiva, equidade e sustentabilidade em larga escala, como crédito rural, assistência técnica específica, regularização e estímulo à inovação tecnológica, capazes de elevar a produtividade e promover governança local.